

Um olhar sobre o campo da preservação paulista, apontamentos sobre a relação entre paisagem e patrimônio em São Paulo (1969-1989)

FEIPE BUENO CRISPIM*

O presente texto pretende apresentar apontamentos de pesquisa sobre a relação entre paisagem e patrimônio em São Paulo entre 1969 e 1989. Trata-se de recorte da pesquisa de mestrado em andamento desde 2012¹ e que tem por objetivo desenvolver uma análise das políticas de preservação paulistas sob o viés da paisagem, apontando a historicidade do debate sobre as práticas em relação a paisagem operadas pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio, Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico), órgão ligado a Secretaria de Estado da cultura paulista.

Procura-se traçar um percurso conceitual para a expressão “paisagem” no sentido de esclarecer as formas pelas quais se dá sua relação com o campo do patrimônio, essencial para o nosso problema de pesquisa, relativo à emergência da paisagem enquanto objeto de preservação em São Paulo.

Num segundo momento procura-se realizar alguns apontamentos de pesquisa em relação às fontes que utilizamos no sentido de dar materialidade a discussão de conceitos e práticas que estiveram presentes na formação do campo do patrimônio paulista.

Percursos conceituais para a ideia de paisagem

Acessar a questão da paisagem pressupõe um exercício de escolhas e recortes, dada à polissemia que o termo possui. Tais desafios conceituais tem criado a demanda

*Licenciado em História (FCL-Assis/UNESP) em 2010. Mestrando do programa de pós graduação em História da Universidade Federal de São Paulo (Campus Guarulhos), bolsita CAPES.

¹ “Entre geografia e patrimônio, a historicidade do debate, um estudo das políticas de preservação paulistas sob o viés da paisagem, Condephaat, São Paulo (1969-1989)”. Pesquisa de mestrado desenvolvida sob orientação do prof.Dr. Odair da Cruz Paiva na linha de pesquisa “Instituições, vida material e conflito” do programa de pós graduação em História da EFLCH/Unifesp.

por novos estudos e pela tradução obras em inglês e francês como é o caso do estudo do historiador italiano Piero Camporesi, traduzindo para o francês com título *Les Belles Contrées. Naissance Du paysage italien* (1995).

A polissemia da paisagem foi problematizada pelo professor Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses em texto celebre “A paisagem como fato cultural” (2002) onde apontou que o maior risco que se corre quando abordamos a paisagem é o de perder de vista sua historicidade.

Ao fazer um balanço da presença da paisagem nos campos da História, da Geografia e das Arte, apontando suas apropriações contemporâneas, Meneses apresenta a complexidade do termo como matriz de discussões amplas sobre a relação entre cultura e cotidiano na construção de visões de mundo e práticas sociais.

Ao falar da forma como o campo do patrimônio se apropriou da paisagem, o autor expõe sua presença na legislação sobre preservação, citando o caso do decreto lei nº 25 de 1937 no Brasil que ao instituir o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) determinou como atribuições do órgão a preservação da paisagem. Aborda também, com certa curiosidade, a maneira pela qual os estadunidenses criaram formas de preservação de suas paisagens desde o século XIX, pelas quais teve origem a ideia de Reserva Nacional.

O autor aponta que o campo do patrimônio não pode perder de vista que a preservação da paisagem enquanto bem cultural passa por três questões fundamentais - seu tratamento enquanto elemento de gestão ambiental, a necessidade de se gerar reflexão permanente sobre os critérios de identificação e preservação e a visão de que toda paisagem encontra-se ligada a gestão do território. Por esse viés paisagem é um dado da cultura, ou como diz o autor,

“A paisagem é um bem indispensável para o equilíbrio da vida (não importa que possa funcionar como mercadoria) A paisagem responde aos imperativos da territorialidade e da pertença, isto é, as necessidades de inserirmos nossa trajetória biografia não apenas no eixo temporal, mas

também espacial. Mas nada que se assemelhe as processos de adaptação ecológica dos demais organismos vivos. Esta necessidade é cultural, isto é, ela atende a requisitos de produção e reprodução material da vida, mas tal resposta as necessidade vem impregnada de sentidos, de valores, de expectativas. A paisagem tal como trabalha nesse texto é essencial para a vida consciente, para a qualificação da nossa interação existencial como o mundo objetivo.” (Meneses, 2002 p .59)

Ainda dentro do desafio apontado por Meneses encontra-se a obra da filósofa Anne Cauquelin, “A Invenção da Paisagem” (2007) que faz um balanço das formas pelas quais a paisagem torna-se uma categoria de pensamento no ocidente procurando problematizar os sentidos da formação de representações e atitudes cognitivas em relação às concepções paisagísticas. A autora tece considerações importantes para a relação entre paisagem e patrimônio, procurando evidenciar os meios pelos quais a visão preservacionista e da ecologia naturalizaram a paisagem,

“(...) de um lado, restituir a paisagem como única forma de torna-la visível (logo de transforma-la por intermédio do trabalho paisagístico) de outro lado desdobra-la em direção ao principio inalterável da natureza, apagando então a ideia de sua possível construção. Confusão bem marcada no fluxo de noções de “sítio”, de “meio-ambiente”, de “ordenamento” ou de “integração”.

Pois os mesmos que querem salvar a natureza da paisagem como dado primitivo se dedicam também a proteger os “sítios” depositários de uma certa memória, histórica e cultural. Ora o “sítio”, o que permanece ali”, designa tanto o monumento (esse arco, essa cidade antiga, esse vestígio) quanto a forma geológica singular que intervém num meio natural.

Nessa ótica, a paisagem é um “monumento natural de caráter artístico”; a floresta uma “galeria de quadros naturais, um museu verde”. Essa definição elaborada pelo Ministério da Instrução Pública e das Belas Artes Frances em 1930, destaca a ambiguidade; reúne em uma fórmula os dois objetos antagônicos da noção de paisagem: o ordenamento construído e o principio eterno; enuncia uma perfeita equivalência entre a arte (quadro, museu, caráter artístico) e a natureza” (Cauquelin, A. 2007, p.40-1)

Podemos notar na abordagem de Cauquelin a relação entre o campo do patrimônio e a paisagem presente na legislação francesa na década de 1930 e que figura também em toda a legislação brasileira sobre preservação, desde o decreto lei nº 25 de 1937, referente ao entendimento de paisagem enquanto “monumento natural” em equivalência aos monumentos “históricos e artísticos”.

Outra referência que venho seguindo no enfrentamento da questão da paisagem é o autor Jean-Marc Besse em “Ver a Terra, seis ensaios sobre a paisagem e a geografia” (2006) que reúne textos de análise teórica e filosófica sobre problemas de percepção paisagística e discussões para o campo da geografia.

A questão que permeia os ensaios é a emergência da experiência da paisagem como processo violento que pressupõe uma ruptura com uma totalidade no alvorecer da modernidade,

No ensaio “A terra como paisagem: Brueghel e a Geografia” Besse cita Piero Camporesi (1995) afirmando a similitude entre os cartógrafos e os pintores no século XVI,

“O olhar do pintor e o olhar do cartógrafo não são então separados, mesmo que eles não se confundam. Eles participam de uma mesma atitude cognitiva, de uma mesma competência visual, que eles partilham na época com os médicos, os arquitetos, os engenheiros, e como se manifesta, como diz Piero Camporesi a respeito do nascimento da paisagem italiana no século XVI, a presença ativa de um naturalismo empírico, pragmático e mineralógico” (Besse, 2006 p.19)

Afirma Besse que antes de constituir uma característica estética através da Escola Artística Holandesa dos séculos XVII e XVIII a expressão paisagem possuía um significado territorial e geográfico, ou nos termos de Camporesi,

“No século XVI no se conhecia a paisagem no sentido moderno, mas o país, algo equivalente ao que é para nós hoje o território e para os franceses o environnement, lugar ou espaço considerado do ponto de vista de

suas características físicas, à luz de suas formas de povoamento humano, de seus recursos econômicos. De uma materialidade quase tangível ele não pertence à esfera estética se não de um modo muito secundário”(de Camporesi.P 1995 p,11 apud Idem p.20).

Para Camporesi nesse período, a percepção da paisagem se dá através do trabalho e da vida cotidiana, correspondendo à percepção sensorial do espaço pelos homens por meio da apropriação social da terra. Essa perspectiva do historiador italiano é fundamental para percebermos com clareza que a percepção paisagística numa perspectiva histórica liga-se primeiramente a ideia de pertencimento, de país ou território para depois vincular-se ou ser apropriada pelos pintores a partir de critérios artísticos.

Nesse sentido, de uma paisagem que é percepção resultante da vida cotidiana, do trabalho e da técnica e depois apreensão artística, apresentamos o viés da historiografia inglesa, através da obra de Raymond Williams “O campo e a cidade” (2011) onde o pensador inglês discute as relações entre homem e natureza na Inglaterra do século XVII e XVIII.

Para Raymond Williams a paisagem constitui um ponto e uma questão na História Social, pois liga-se diretamente às relações de trabalho e produção capitalistas. Segundo o autor, sempre houve a observação do homem ao mundo natural, mas em algum momento certa atitude em relação ao real construiu uma observação que se tornaria fundadora da ideia de paisagem - a separação entre “práticas” e “estéticas”. por meio da qual surgiu uma “sensibilidade elevada” de alguns sujeitos que passaram a enxergar novos valores e sentidos em seu próprio campo de visão, delineando de forma clara a posição do observador e da coisa observada.

Tal perspectiva separa o homem de seu meio e cria uma mudança nas relações de trabalho, na medida em que se passa a observar a terra como paisagem. A terra deixa de ser unicamente o manancial de subsistência da vida social para tornar-se produto do olhar do observador. Dessa forma, para o autor a paisagem é algo ligado diretamente à

ideia de “propriedade”, pois o observador que pela primeira vez dividiu “práticas” de “estéticas” provavelmente foi um proprietário rural.

“Não se deve imaginar que a maravilha, a importância e o prazer de observar formas e movimentos de terra foram inventados pela criação de locais especializados para tal. As obras literárias mais antigas que se conhece já registram tais sentimentos, e podemos ter certeza de que muitos outros homens além de escritores contemplaram com intenso interesse, todas as características e movimentos do mundo natural: morros, rios, árvores, céus e estrelas. Muitos tipos de significados, filosóficos e práticos extraídos dessas observações praticadas por muitas gerações. Porém houve um momento em que uma espécie diferente de observador julgou necessário dividir essas observações em “práticas” e “estéticas”, e percebeu que, se o fizesse com confiança suficiente, poderia então negar a todos os seus antecessores algo que ele agora encontra em si próprio e rotulara de “sustentabilidade elevada”. O importante não é tanto o fato de ele ter feito essa divisão, mas sim de ter necessidade e possibilidade de fazê-la, e também o fato de essa necessidade e essa possibilidade fazerem parte de uma história social, na separação entre produção e consumo.

O observador consciente de sê-lo: o homem que não apenas contempla a terra, mas que também tem consciência do que está fazendo, como uma experiência em si, e preparou modelos sociais e analogias tiradas de outros campos para apoiar e justificar a experiência: esta é a figura que precisamos procurar não um tipo de natureza, mas um tipo de homem. Sua história é longa e complexa.” (WILLIAMS, R. 2011 p. 202)

Dessa forma podemos afirmar que no entendimento de Williams a ideia de paisagem é “ação humana” sobre o mundo natural que se situa no tempo e no espaço demandando do raciocínio de quem pretende compreendê-la, a consciência de que ao falarmos de “paisagem” estamos, antes de tudo, falando do homem, sua história e vida social.

Williams afirma que o conceito inglês de paisagem deriva do holandês, da escola artística holandesa do século XVII de Van Ruysdael e Hobbema correspondendo no

campo da arte e da percepção ao movimento burguês na Inglaterra de “melhoramento da terra”. Isto é, na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX o paisagismo surge da necessidade de representação mais apurada (ou não bucólica) de uma relação entre homem e meio de transformação do mundo natural pelas forças de produção em marcha - o progresso. (Idem, p.205)

Nessa chave de entendimento se constrói com clareza, a relação entre a prática do paisagismo numa visão ampla e a revolução industrial propriamente dita como etapa de desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra. Uma “paisagem consciente” que pode ser observada por quem estava fundando com o meio natural uma relação singular marcada predominantemente pela presença de um antagonismo entre o que passou a chamar-se “natureza” e “cultura”, “natural” e “artificial” ou para Marx “primeira natureza” e “segunda natureza”.

Como desfecho desse pequeno percurso, sobre a ideia de paisagem aponto que a discussão realizada na pesquisa caminha no sentido de se pensar a paisagem enquanto clivagem da realidade que ocorre no mesmo momento em que o observador se dissocia da coisa observada e passa a construir com ela outra relação. Essa clivagem é um dado da história social e possui historicidade própria sendo essencial para construirmos um panorama de conceitos e tratamentos da paisagem para o campo do patrimônio.

Paisagem e patrimônio:

Para enunciar a relação entre paisagem e patrimônio recorremos ao surgimento da categoria Paisagem Cultural que dá materialidade para as discussões em relação à preservação de porções territoriais onde a relação singular entre homem e meio produziu formas representativas da ação e da memória dos diferentes grupos sociais.

Nessa linha a UNESCO, no 16º Comitê do Patrimônio Mundial ocorrido em 1992, na cidade Santa Fé nos EUA, reconheceu a paisagem cultural como categoria de inclusão de bens na lista do Patrimônio Mundial (RIBEIRO, 2007 p.51), foi por meio dessa categoria que em 2012 a cidade do Rio de Janeiro ganhou o título de patrimônio cultural pela UNESCO.

Além da questão da paisagem cultural é importante citar também a criação em 1995 da Convenção Europeia da Paisagem, um instrumento de gestão territorial daquele continente ocorrida no contexto de criação da União Europeia. O documento principal dessa Convenção é a R(95) ou “Recomendação sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas”. A convenção liga-se ao esforço de gestão de um território múltiplo, de criação de estratégias que pudessem coordenar de forma racional, os sentidos de desenvolvimento do que mais tarde tornou-se a União Europeia, pensando naquele momento a exploração do turismo e a ideia de desenvolvimento sustentável (RIBEIRO, 2007 pag. 51-52).

Ambas as experiências encontram-se no horizonte de debates sobre políticas relativas à relação entre paisagem e patrimônio, porém em perspectivas opostas. Para a UNESCO a paisagem cultural corresponde a porções de território dotadas de alguma singularidade, identificada pelos valores que possui, enquanto para a R(95) toda paisagem é cultural e ligada antes de tudo, à gestão do território dos países europeus.

No Brasil essa discussão foi captada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2009, através da Chancela da Paisagem Cultural. O novo instrumento de gestão do patrimônio complementou a ação do órgão abrindo caminhos jurídicos para a preservação de locais singulares considerados, nos termos do documento “porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (Diário Oficial da União 5/5/2009 p.17).

Essa perspectiva configura uma aproximação com a ideia de paisagem cultural expressa pela UNESCO na categoria que criou em 1992 para inclusão de bens na lista do patrimônio mundial, pois liga-se a concepção de paisagem enquanto elemento “peculiar”, sem fazer menção a outros alcances que o instrumento poderia ter como por exemplo a gestão territorial .

O cenário atual das políticas de preservação brasileiras nos mostra que a paisagem cultural surge como resultado de pressões internacionais de criação de instrumentos jurídicos que ecoem as orientações da UNESCO. Não houve uma reflexão

sobre a trajetória da dimensão paisagística das práticas operadas pelos órgãos de preservação brasileiros o que justifica a necessidade de aprofundarmos o conhecimento sobre a trajetória das ações de salvaguarda relacionadas à proteção dos bens culturais entendidos enquanto patrimônio paisagístico.

Dessa forma a pesquisa procura responder à necessidade de se compreender por meio da historicidade das práticas de preservação em São Paulo, como se deram as políticas de preservação à paisagem com o intuito de contribuir para o uma melhor compreensão dos seus significados históricos para o campo do patrimônio. Nesse sentido apresentamos alguns apontamentos de pesquisa em relação à historicidade das práticas de preservação em São Paulo entre 1968-1989.

Paisagem e patrimônio em São Paulo, alguns apontamentos:

O Condephaat é um órgão deliberativo ligado a secretaria de estado da cultura paulista criado em 1968 com o objetivo de preservar o patrimônio do estado de São Paulo. O contexto de criação do órgão esteve ligado a exaltação de uma “cultura bandeirante” por parte dos representantes da velha elite paulista que, organizados em instituições como Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e o Instituto histórico geográfico Guarujá-Bertioga, acreditavam ter a responsabilidade pela salvaguarda dos vestígios da “História Bandeirante” (RODRIGUES , 2000 p.41-42).

Dentro do contexto traçado por Marly Rodrigues (2000) em relação a fundação do órgão de preservação, podemos notar que o Condephaat enfrentou desafios no que tange a sua existência dentro de diversas plataformas de governo, tensões políticas reveladoras da complexidade que o tema do patrimônio alcançou na esfera pública desde a década de 1970.

A prática preservacionista operou entre a tradição e a modernidade e como observa Marins (2008) as primeiras ações de tombamento estiveram voltadas para a memória das antigas oligarquias do café no Vale do Paraíba e revelam um perfil de

tombamento que priorizava a arquitetura de estilo neoclássico e o conjunto dos vestígios dessa elite (p.156).

Para Marins uma das maiores inovações do Condephaat em quatro décadas de existência foi sua capacidade de expressar um patrimônio plural, que se distanciou da política do Iphan na medida em que não seguiu a orientação por uma busca de “identidade paulista” tendo representado no conjunto dos bens tombados expressões arquitetônicas diversas, bens representativos da memória da imigração como é o caso do tombamento do cemitério japonês de Álvares Machado em 1980 e do Hospital Humberto I na capital paulista. (p.158).

A emergência da paisagem como objeto de preservação pelo Condephaat precisa ser vista dentro dessa conjuntura de inovações operadas pelo órgão e que resultam de conflitos e tensões inerentes à construção do campo do patrimônio. A análise das fontes dessa pesquisa, composta de vinte e seis processos de tombamento de “áreas naturais” pelo Condephaat tem demonstrado que as ações de salvaguarda desses bens foram solicitadas em sua grande maioria por membros da sociedade civil organizada em associações ou por meio de abaixo assinados.

A “política de balcão” como ficou conhecida tal prática, criou um canal entre o Condephaat e a sociedade civil de modo que talvez tenha sido uma das primeiras instituições onde práticas democráticas se expressaram dentro de um quadro geral de reestruturação do poder público estadual frente à abertura política que o país vivia no final da década de 1970. A historiadora Marly Rodrigues compreende três fases para a história do Condephaat entre 1969 e 1987 - “com os olhos na tradição (1969 à 1975); “considerando o presente” (1975 e 1982) e “tempos de abertura” (1982-1987). Situa a abertura do órgão às áreas naturais dentro da segunda fase onde aponta a atuação do geógrafo Aziz Ab Saber como pioneira no alargamento dos horizontes de atuação que o órgão poderia ter,

“Em meio a continuas contradições, o Condephaat adotaria novos objetos de proteção, escolha reveladora de uma concepção de ação preservacionistas até então inédita que colocava como finalidade última o homem, produtor da cultura. Sob a influência de Aziz Ab’ Saber, representante do departamento

de Geografia da Universidade de São Paulo o tombamento passou a ser adotado como medida de proteção ao meio ambiente e por essa vertente o patrimônio passaria a ser entendido em sua dimensão urbana tornando-se instrumento de elevação de qualidade de vida. Essa postura coincidi com outra, da sociedade, que em meio a movimentos de oposição e resistência a ditadura começava a entender por meio da perspectiva da ecologia e da memória a preservação como um direito social, aspecto revelado na crescente defesa de bens por setores organizados da sociedade” (Rodrigues 2000 p.80)

Nessa pesquisa consideramos o ano de 1969 como ponto de partida, isto é, que as primeiras discussões referentes à paisagem coexistiram com a primazia do patrimônio de “pedra e cal” e estiveram ligadas ao ideário de culto cívico ao passado e exaltação dos feitos “bandeirantes”. Cito nesse sentido um processo de tombamento ocorrido entre 1969 e 1970 que pode revelar um primeiro entendimento que se tinha da paisagem para os técnicos e conselheiros de então. Trata-se do processo 9907/69 do Bosque dos Jequitibás na cidade de Campinas cujo tombamento se deu em 1970.

O Bosque dos Jequitibás

O Bosque dos Jequitibás é um parque localizado no centro da cidade de Campinas fundação em 1880, tendo sido reordenado como jardim inglês pelo escritório de Ramos de Azevedo exercendo desde então a função de jardim botânico da cidade. O processo de tombamento desse bem foi aberto 1969 a partir do pedido de Vinício Stein Campos então diretor do Serviço de Museus Históricos do Estado de São Paulo e também conselheiro do Condephaat.

O parecer conclusivo pelo tombamento do bem se deu em fevereiro de 1970, numa atitude direta da então presidente Lúcia F M Falkenberg que em seu parecer final informava:

“parque admirável, único logradouro do gênero naquela cidade, com espécies raras de árvores centenárias, digno núcleo verde que o município pode oferecer aos seus visitantes em passeios turísticos, núcleos esses tão escassos naqueles arredores (...) esse

conselho reunido em data de 25 de fevereiro de 1970 elucidou vinculações históricas e paisagísticas do parque em foco, e concluíram pela conveniência de seu tombamento como monumento paisagístico de São Paulo, no município de Campinas” (fl.6)

Tendo a secretaria de cultura expedindo resolução de tombamento nos seguintes termos, conforme vemos na fl.9 do processo: “Fica o Conselho de defesa histórico, artístico, arqueológico e turístico autorizado a inscrever no livro de tombo competente, o referido imóvel para os devidos fins e legais efeitos.”.

O livro de tombo competente tratava-se do livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico que seria inaugurado com a inscrição do Bosque dos Jequitibás. Porém em parecer da fl. 15 Vício Stein Campos alega não existirem informações suficientes para que o bem fosse escrito no “livro de tombo competente”:

“constatamos que o presente processo não se encontra devidamente instruído, não permitindo, por escassez de dados nele reunidos, a lavratura do respectivo termo de tombamento para a competente transcrição (...) é a falta de referências, no pedido de fls 6, de maneira expressa e objetiva, do Livro de Tombo onde vai ser feita a inscrição. O Senhor Secretário poderá facultar como fez, na sua resolução a inscrição no livro COMPETENTE. Mas o Conselho tem o dever de esclarecer os fatos e especificar, no processo de maneira clara e segura, em que livro vai ser feito o registro.”

A presidente do Conselho Lúcia Falkenberg em correspondência a Stein Campos afirma que a declaração do conselheiro não possui fundamento e que diz: “se está explícito que se trata de um monumento NATURAL PAISAGÍSTICO este parque só poderá figurar OBVIAMENTE no livro 1 – Arqueológico, etnográfico e paisagístico”.

Chama atenção que a presidente considera “obvia” a inscrição do bem no referido livro desconsiderando o parecer de Stein Campos de que não há elementos nos

altos do processo que possam orientar a inscrição do bem num ou noutro livro. No debate entre Lúcia e Vício Stein Campos identificamos a primeira discussão sobre paisagem no Condephaat onde é levanta a questão da necessidade de se discutir o termo paisagístico e munir os processos de tombamento no sentido de que se possa saber com clareza se determinado bem realmente seria inscrito no referido livro.

Tratava-se do primeiro bem a ser inscrito nesse livro de tomo e não há no processo referencias quaisquer dos estudos que foram efetuados no local, dos critérios que foram utilizados para instrumentalizar a decisão, muito menos a ata da reunião que decidiu pelo tombamento.

A ausência de documentos do rito processual é comum nos primeiros anos do Condephaat, os processos só ganham maior complexidade em fase posterior e acompanham o movimento de ampliação do campo do patrimônio para outros objetos. No caso do Bosque dos Jequitibás o valor que se queria identificar no bem era o de “monumento natural paisagístico”, ligava-se a ideia de paisagem apontada por Anne Cauquelin (2007) de que o campo da preservação tendeu a perceber o natural através da arte, tendo a paisagem como um recurso do olhar construído no tempo.

Considerações finais

Procuramos aqui apresentar discussões conceituais preliminares da pesquisa de mestrado em andamento no sentido de traçar direções de abordagem para a problemática da relação paisagem e patrimônio em São Paulo entre 1969 e 1989. Um primeiro apontamento em relação ao processo de tombamento do Bosque dos Jequitibás em Campinas foi recordado do conjunto geral das fontes por encerrar em si um primeiro acesso à historicidade do debate em relação à paisagem como objeto de preservação.

O bem inauguraria naquele ano de 1970 o livro de tomo arqueológico, etnográfico e paisagístico, que concentrou ao longo do período estudado, as principais referencias à incorporação de novos objetos e concepções para o campo do patrimônio paulista.

Ainda em relação a essa historicidade apontamos o conjunto titulado “Estada de Lorena, Monumentos de Victor Dubugras e Área de Mata circundante” tombado em 1972 e inscrito no livro de tombo histórico, onde se encontra uma discussão entre arquitetos sobre a capacidade do conjunto representar a trajetória dos paulistas em sua saga de transposição da grande barreira geográfica da Serra do Mar.

Em 1973 o Condephaat abria o processo para o tombamento do Maciço da Juréia e Rio Verde em Iguape pelo qual inaugurou uma prática de preservação que, em meio a muitas tensões políticas e conceituais, foi tornando-se política para o órgão ao longo da década de 1970 – o tombamento de áreas naturais de grande proporção.

Nesse sentido citamos o caso do Maciço da Juréia ocorrido em 1977 como sendo inaugural numa prática que viria a se consolidar como política no interior do órgão por meio de diversas outras experiências, como é o caso da Serra do Mar, da Serra do Japi em Jundiá, da Pedra Grande em Atibaia e tantas outras que compõem universo da pesquisa. Nesse viés procuramos acessar esse conjunto por meio do entendimento da paisagem enquanto categoria analítica da realidade, conceito ou ideia dotada de historicidade no contexto geral das políticas de preservação brasileiras.

Bibliografia

AB’SABER, Aziz. Os Domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo, Ateliê, 2003.

_____, São Paulo, ensaios entreveros, Edusp 2004.

Andrade, Antonio Luis dias de. Tombamento na preservação de áreas naturais. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.19, 1984.

ARANTES, Antonio Augusto (Org.). Produzindo o Passado: Estratégias de Construção do Patrimônio Cultural. São Paulo, Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura, 1984.

BESSE, Jean-Marc. Ver a Terra, seis ensaios sobre paisagem e a geografia, São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.

BLOCH, Marc. Apologia da História ou o Ofício do Historiador. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.

CAUQUELIN, Anne. A invenção da paisagem. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.

CHOAY, François. A Alegoria do Patrimônio, São Paulo: Editora Unesp, 2006.

CHUVA, Márcia R. Os arquitetos da memória. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009

DÉJEANT-PONS, Maguelonne. European Landscape Convention. In: UNESCO; University Ferrara (org.) Cultural Landscapes :the challenges of conservation , Workshop. 11-12 Nov.2002 (World Heritage Papers, n.7, 2003, p.52-54)

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. O sítio histórico de Porongos. Iphan: Cadernos de estudo PEP. Contribuições dos palestrantes da 1ª oficina PEP 2006. Rio de Janeiro IPHAN, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3ªed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FOWLER, P.J. World Heritage Cultural Landscapes 1992-2002. UNESCO: Paris, 2003. World Heritage Papers, n. 6. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/series/6>.

HOLANDA, Sergio Buarque. Caminhos e Fronteiras. 3 ed, São Paulo: Cia das Letras. 2008

MARINS. Paulo Cezar Garcez. Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista. IN: Terra Paulista, trajetórias contemporâneas. Imprensa Oficial. 2008.

MENESES, Ulpiano T. B. A paisagem como fato cultural. In: Yázigi, Eduardo (org.) Turismo e Paisagem. Campinas, Contexto, 2002: 29-64.

NASCIMENTO, Flávia Brito do & Scifoni, Simone. A Paisagem Cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira-SP. IN: Revista CPC, São Paulo, n.10, p.29-48, maio/out de 2010

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem Cultural e Patrimônio. Rio de Janeiro, IPHAN, 2007.

RODRIGUES, Marly. Imagens do passado. A instituição do patrimônio em São Paulo (1969-1987). São Paulo: Editora Unesp . 2000.

WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade, na história e na literatura. São Paulo: Cia das Letras, 2011.